

LUCRO LÍQUIDO ATINGE R\$ 205,8 MILHÕES NO 1T11

São Paulo, 13 de maio de 2011 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do 1º trimestre de 2011. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES

- A **receita operacional líquida** aumentou 35,7%, atingindo R\$ 607,1 milhões no 1T11, comparada com R\$ 447,4 milhões do 1T10;
- **Ebitda** alcançou R\$ 317,2 milhões no 1T11 – margem de 52,2% -, crescimento de 16,2% frente ao 1T10 quando alcançou R\$ 272,8 milhões;
- Realizado, no 1º trimestre de 2011, o pagamento aos acionistas na forma de **dividendos e juros sobre o capital próprio** no montante de **R\$ 175,1 milhões**, correspondente à **R\$ 1,15** por ação de ambas as espécies;
- **4ª Emissão de Notas Promissórias**: Em janeiro de 2011, a CTEEP emitiu Notas Promissórias da Companhia no valor R\$ 200,0 milhões, série única e vencimento de 360 dias ao custo de CDI + 0,4% ao ano.
- **Volume de ADRs**: O volume dos *American Depositary Receipts* – ADRs alcançou US\$ 65,9 milhões no 1T11.

Principais Indicadores

(R\$ mil)	1T11	1T10	Var % 1T11/1T10
Receita Líquida	607.039	447.402	35,7%
EBITDA	317.172	272.837	16,2%
Margem EBITDA	52,2%	61,0%	-8,7 p.p
Lucro Líquido	205.844	206.971	-0,5%
Margem Líquida	33,9%	46,3%	-12,4 p.p
Lucro por Ação	1,36	1,37	-0,5%

Sobre a CTEEP

Transmitir energia elétrica, com qualidade e eficiência. Esse é o negócio da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, a principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil.

Através de sua rede – formada por 12.316 km de linhas, 18.794 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 105 subestações com tensão de até 550 kV – trafegam 30% da energia elétrica produzida no Brasil e 60% da energia consumida na região Sudeste.

Com capacidade instalada de 43.992 MVA (Mega Volt Ampère), a CTEEP está presente, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí.

A CTEEP possui participação em empresas constituídas para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e na Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 50% na IESul (Interligação Elétrica Sul), 51% na IEMadeira (Interligação Elétrica Madeira); e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste).

Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, que detém 89,40% das ações ordinárias, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e 61 mil acionistas pessoas física e jurídica.

Com ações listadas na Bovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

Relações com Investidores

Marcio Lopes Almeida

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
ri@ctEEP.com.br

Diogo Zinsly

Gerente de Relações com Investidores
dzinsly@ctEEP.com.br
 Tel: (11) 3138-7195

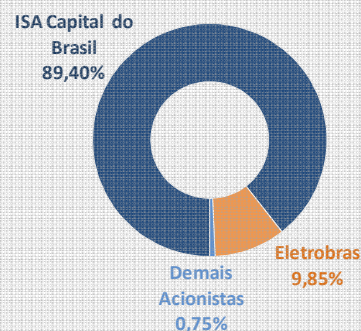
Thiago Lopes da Silva

Analista Sênior de Relações com Investidores
tlsilva@ctEEP.com.br
 Tel: (11) 3138-7557

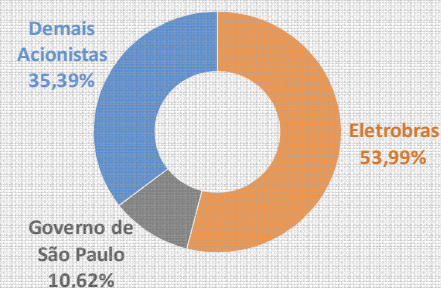
Assessoria de Imprensa:

Mariana Bertolini - CDI Comunicação Corporativa
mariana@cdicom.com.br

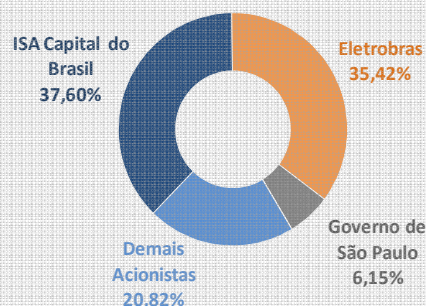
Ações Ordinárias - TRPL3 (42% do total)



Ações Preferenciais - TRPL4 (58% do total)



Capital Social Total



Desempenho Operacional

- Excelência Operacional**

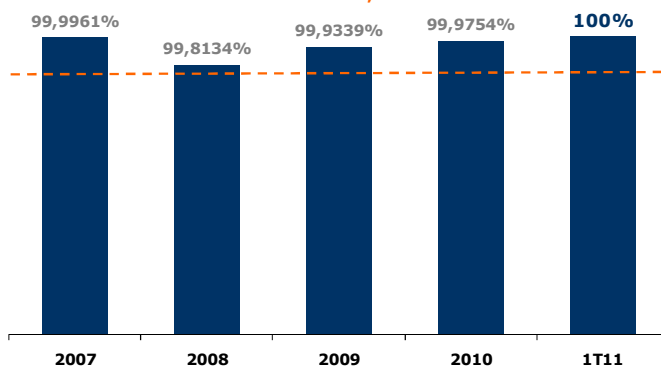
A receita operacional da CTEEP está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos: linhas de transmissão, reatores e transformadores. A Companhia investe permanentemente para garantir a eficiência e qualidade na operação, na medida em que a indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita.

Abaixo alguns indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia de 2007 ao 1T11:

Linhas de Transmissão

18.698 Km de circuito

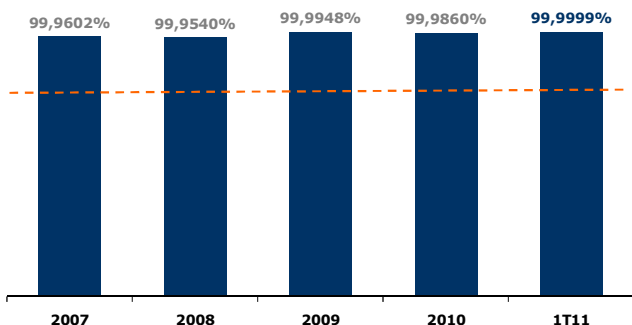
Meta: 99,75



Reatores

79 em operação

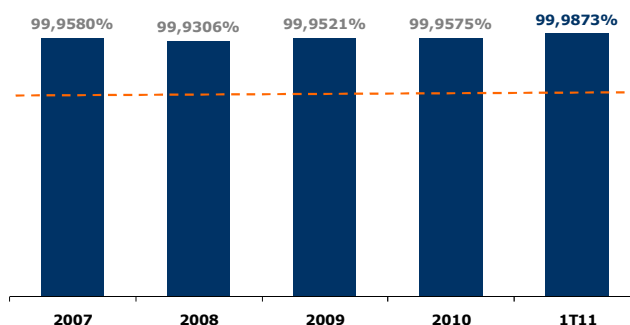
Meta: 99,55%



Transformadores

516 em operação

Meta: 99,50%



Efeitos da adoção do IFRS e dos pronunciamentos do CPC

Efeito nas demonstrações financeiras

A seguir apresentamos a conciliação entre as informações trimestrais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis atuais e as anteriores, denominadas "BR GAAP (pró-forma)":

	Efeito da transição para as IFRS			Efeito da transição para as IFRS		
	BR GAAP		IFRS	BR GAAP		IFRS
Ativo (R\$ mil)	31 de março de 2011			31 de dezembro de 2010		
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	162.998	0	162.998	54.983	0	54.983
Contas a Receber	265.974	1.111.027	1.377.001	244.524	1.179.866	1.424.390
Estoques	44.247	0	44.247	44.791	0	44.791
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	23.840	0	23.840	22.938	0	22.938
Tributos e contribuições a compensar	10.516	0	10.516	11.230	0	11.230
Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	(28.832)	0	28.832	(28.832)	0
Imposto Diferidos	30.256	(30.256)	0	32.575	(32.575)	0
Despesas pagas antecipadamente	13.311	642	13.953	1.876	735	2.611
Outros	39.316	(10)	39.306	35.848	(46)	35.802
	619.290	1.052.571	1.671.861	477.597	1.119.148	1.596.745
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Contas a Receber	15	4.507.511	4.507.526	978	4.224.331	4.225.309
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	705.847	0	705.847	681.129	0	681.129
Benefício Fiscal - ágio incorporado	111.871	28.832	140.703	119.079	28.832	147.911
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.786	(31.310)	29.476	62.171	(34.121)	28.050
Cauções e Depósitos Vinculados	43.842	0	43.842	42.248	0	42.248
Estoques	0	168.401	168.401	0	184.264	184.264
Outros	8.453	0	8.453	6.624	0	6.624
	930.814	4.673.434	5.604.248	912.229	4.403.306	5.315.535
Imobilizado Intangível	5.445.285	(5.436.042)	9.243	5.254.978	(5.245.784)	9.194
	71.765	(62.447)	9.318	70.066	(60.122)	9.944
	5.517.050	(5.498.489)	18.561	5.325.044	(5.305.906)	19.138
Total do Ativo	7.067.154	227.516	7.294.670	6.714.870	216.548	6.931.418
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	31 de março de 2011			31 de dezembro de 2010		
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	542.475	0	542.475	332.413	0	332.413
Debêntures	16.803	0	16.803	2.154	0	2.154
Fornecedores	78.808	0	78.808	93.964	0	93.964
Tributos e Encargos sociais a recolher	86.765	0	86.765	88.745	0	88.745
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	10.517	0	10.517	10.353	0	10.353
Encargos Regulatórios	50.903	0	50.903	49.559	0	49.559
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	293.060	(16.703)	276.357	391.833	(198.011)	193.822
Provisões	15.685	0	15.685	22.662	0	22.662
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.181	0	6.181	6.503	0	6.503
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	244	(244)	0	207	(207)	0
Outros	12.856	0	12.856	13.874	0	13.874
	1.114.297	(16.947)	1.097.350	1.012.267	(198.218)	814.049
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e Financiamentos	630.396	0	630.396	540.032	0	540.032
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	147.262	0	147.262	144.964	0	144.964
PIS e COFINS diferidos	0	139.517	139.517	0	117.632	117.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.111	12.924	14.035	1.159	8.193	9.352
Encargos Regulatórios	2.174	0	2.174	2.174	0	2.174
Provisão para Contingências	160.017	0	160.017	161.688	0	161.688
Debêntures	556.555	0	556.555	553.639	0	553.639
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	0	24.053	24.053	0	24.053
Deságio	44.369	(44.369)	0	32.555	(32.555)	0
	1.565.937	108.072	1.674.009	1.460.264	93.270	1.553.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	1.119.911	0	1.119.911	1.119.911	0	1.119.911
Reservas de Capital	2.231.113	0	2.231.113	2.231.113	0	2.231.113
Reservas de Lucros	890.067	123.475	1.013.542	890.649	123.475	1.014.124
Lucros acumulados	145.163	(3.798)	141.365	0	0	0
Proposta de distribuição de dividendo adicional	0	16.714	16.714	0	198.021	198.021
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	0	666	666	0	666
	4.386.920	136.391	4.523.311	4.242.339	321.496	4.563.835
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.067.154	227.516	7.294.670	6.714.870	216.548	6.931.418

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(em milhares de reais)

	1T11			1T10		
	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS
Receita Operacional Líquida	452.836	154.203	607.039	388.107	59.295	447.402
Custo dos serviços de operação	(108.851)	(146.886)	(255.737)	(103.160)	(41.584)	(144.744)
Lucro Bruto	343.985	7.317	351.302	284.947	17.711	302.658
(Despesas) receitas operacionais						
Gerais e administrativas	(29.453)	(4.615)	(34.068)	(26.080)	(2.737)	(28.817)
Honorários da administração	(1.378)	(208)	(1.586)	(2.140)	(322)	(2.462)
Despesas financeiras	(104.725)	(5.826)	(110.551)	(96.447)	(1.814)	(98.261)
Receitas financeiras	4.817	2.769	7.586	13.632	659	14.291
Outras despesas, líquidas	(2.024)	(4.328)	(6.352)	(2.076)	(4.408)	(6.484)
Lucro operacional	211.222	(4.891)	206.331	171.836	9.089	180.925
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(63.583)	(10)	(63.593)	(52.639)	-	(52.639)
Diferido	(3.690)	1.103	(2.587)	18.957	(2.192)	16.765
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	143.949	(3.798)	140.151	138.154	6.897	145.051
Reversão de juros sobre o capital próprio	65.693	-	65.693	61.920	-	61.920
Lucro líquido do exercício	209.642	(3.798)	205.844	200.074	6.897	206.971

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(em milhares de reais)

	1T11			1T10		
	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	217.785	(190.075)	27.710	1.295.052	(820.764)	474.288
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(206.275)	190.075	(16.200)	(824.369)	820.764	(3.605)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	96.505	-	96.505	(458.934)	-	(458.934)

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

▪ Descrição dos ajustes

A seguir, apresentamos descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- ✓ o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- ✓ o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. A remuneração recebida ou a receber deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, **sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução**. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente para as concessões das controladas IEMADEIRA, IESUL, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros, sendo recalculado os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009

(início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela CTEEP,

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando à maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora (CPC 04)

O benefício fiscal – ágio incorporado da controladora, anteriormente apresentado no ativo circulante, foi reclassificado para o ativo não circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente.

Adicionalmente, conforme estabelecido pelo CPC 26, os impostos diferidos originalmente apresentados no ativo circulante foram reclassificados para o ativo não circulante.

Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08)

Essa interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras como definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Benefícios a empregados - Fundação CESP (CPC 33)

Esse pronunciamento fornece orientação sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

Os cálculos atuariais dos planos de pensão e aposentadoria patrocinados pela Companhia apresentam, desde o exercício de 2008, superávit que, uma vez que utilizam o método do “corredor”, geram ganhos não reconhecidos. Contudo, o ganho apurado não é superior ao limite de restrição ao reconhecimento do ativo (“asset ceiling”) estabelecido pelo CPC 33 (IAS 19).

Deságio (ICPC 09)

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurados foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001. Conforme ICPC 09, o deságio foi registrado nos lucros acumulados como compra vantajosa.

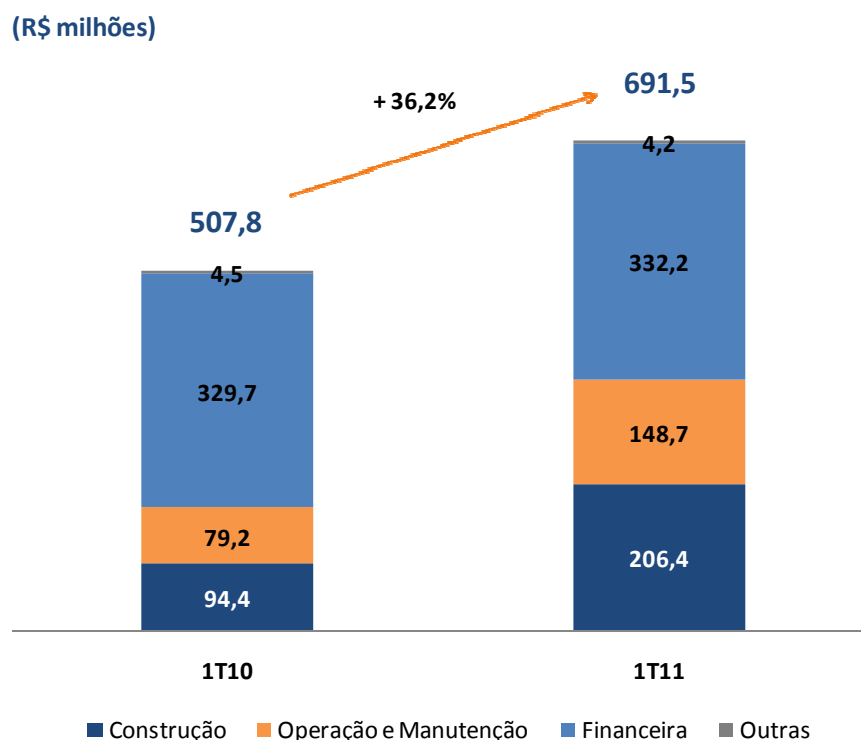
Desempenho Econômico-Financeiro

Reconhecimento da Receita

Em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta aumentou 36,2%, atingindo R\$ 691,5 milhões no 1T11, comparada com R\$ 507,8 milhões no 1T10, em decorrência do aumento de 118,7% das receitas de construção, de 87,7% das receitas de operação e manutenção e de 0,7% das receitas financeiras.



Receita de serviços de Construção e Operação e Manutenção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

As Receitas de Construção totalizaram R\$ 206,4 milhões no 1T11, comparada com R\$ 94,4 milhões do 1T10, em decorrência do avanço das obras da Serra do Japi e da IEMadeira, bem como das obras de reforços e ampliações da CTEEP, compensado pela conclusão das obras da IENNE e entrada parcial em operação das controladas IESUL e Pinheiros.

As Receitas de Operação e Manutenção totalizaram R\$ 148,7 milhões no 1T11, comparada com R\$ 79,2 milhões no 1T10, refletindo o complemento da provisão para o segundo ciclo de revisão tarifária periódica da CTEEP ocorrido, em

parte, no 1T10 e o ajuste do termo de confissão de dívida e acordo de pagamento registrados, também, em março de 2010.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a **taxa de juros efetiva** aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

No 1T11 as Receitas Financeiras somaram R\$ 332,2 milhões, comparada com R\$ 329,7 milhões no 1T10, refletindo a remuneração do saldo de contas a receber.

Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

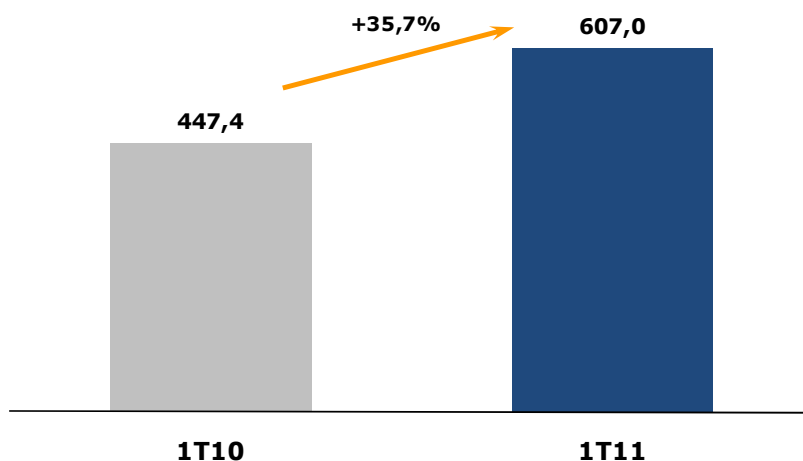
▪ Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional aumentaram 39,9% atingindo R\$ 84,5 milhões no 1T11 contra R\$ 60,4 milhões no 1T10, devido ao aumento de 24,4% no repasse dos encargos regulatórios que transitam no resultado da Companhia e decorrente do aumento de tarifa nas distribuidoras, bem como no consumo dos consumidores livres.

▪ Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a receita operacional líquida aumentou 35,7% somando R\$ 607,0 milhões no 1T11 diante de R\$ 447,4 milhões no 1T10.

(R\$ milhões)



■ Custos dos Serviços da Operação e Despesas Operacionais

Os custos de construção e de operação e manutenção tiveram aumento de 76,7%, alcançando R\$ 255,7 milhões no 1T11 frente aos R\$ 144,7 milhões no 1T10. Essa variação decorre do aumento de 108,9% dos custos de construção combinado com o aumento de 31,5% dos custos de operação e manutenção.

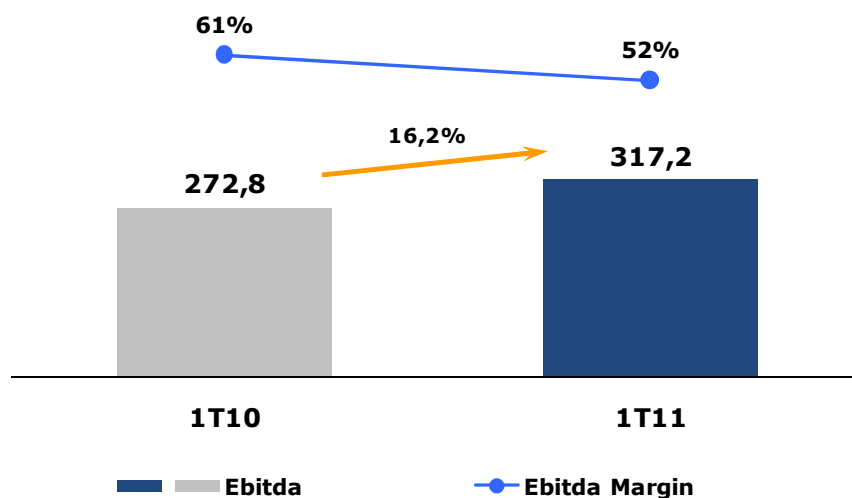
O crescimento verificado nos custos de construção decorrem do avanço das obras da Serra do Japi e da IEMadeira bem como das obras de reforços e ampliação da CTEEP, compensado pela conclusão das obras da IENNE e entrada parcial em operação das controladas IESUL e Pinheiros.

O crescimento verificado nos custos de operação e manutenção decorre, substancialmente, da entrada em operação das controladas IESUL, IENNE e Pinheiros.

■ EBITDA e Margem EBITDA

No 1T11 a margem EBITDA foi de 52,2%, totalizando R\$ 317,2 milhões, crescimento de 16,2% em comparação ao 1T10, quando a margem atingiu 61,0% e o EBITDA R\$ 272,8 milhões.

**Ebitda (R\$ milhões)
e Margem Ebitda (%)**



■ Resultado Financeiro

O resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 102,9 milhões no 1T11 apresentando aumento de 22,6% em relação a R\$ 83,9 milhões do 1T10 devido ao maior endividamento.

Desconsiderando o efeito dos juros sobre capital próprio sobre as despesas financeiras, o resultado financeiro no 1T11 apresentaria uma despesa financeira de **R\$ 37,3 milhões**.

▪ Imposto de Renda e Contribuição Social

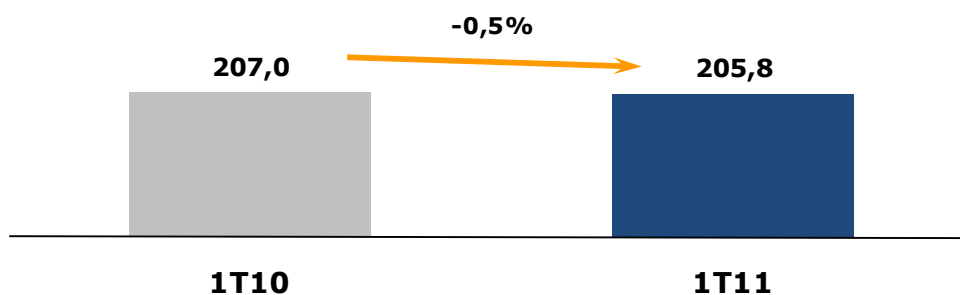
As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 84,5% somando R\$ 66,2 milhões no 1T11 contra R\$ 35,9 milhões do 1T10 (ver CPC 32). A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 32,1% no 1T11 comparado com 19,8% no 1T10.

▪ Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do 1T11 totalizou R\$ 205,8 milhões, montante 0,5 % inferior quando comparado a R\$ 207,0 milhões do 1T10.

O lucro por ação básico e diluído atingiu R\$ 1,36.

(R\$ milhões)



Estrutura de Capital

Composição do Endividamento no 1T11 (R\$ mil)

A dívida bruta consolidada em 31 de março de 2011 somou R\$ 1.746,2 milhões. Do total da dívida bruta consolidada, R\$ 906,8 milhões (51,9%) estavam vinculados a contratos de empréstimo junto ao BNDES.

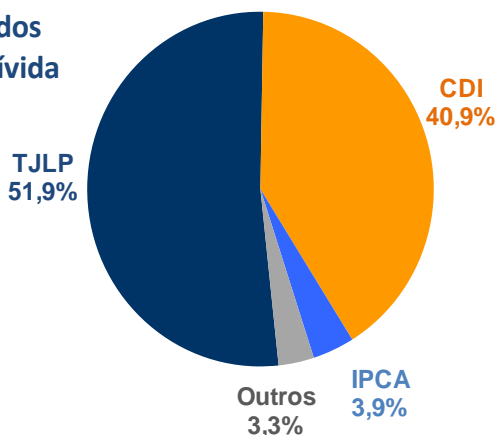
Ao final do 1T11, a **dívida líquida** era de R\$ 1.744,68 milhões.

O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e patrimônio líquido), ao final do 1T11, atingiu 38,6%.

FONTES	ENCARGOS	VENCIMENTOS	1T11	1T10
BNDES				
CTEEP	TJLP + 2,3% ano	15/6/2015	397.878	421.146
	TJLP + 1,8% ano	15/6/2015	151.709	160.605
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/4/2023	61.469	37.630
IEMADEIRA	TJLP + 2,8% ano	15/4/2011	192.784	185.134
IESUL	TJLP + 2,4% ano	15/5/2025	9.616	-
PINHEIROS	TJLP + 2,6% ano	15/5/2026	93.350	-
Notas Promissórias				
4ª Emissão	CDI + 0,4% ano	12/1/2012	204.438	-
Debêntures				
1ª Série	CDI + 1,3% ano	15/12/2014	505.217	490.405
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/2017	68.141	65.388
Bancos				
IENNE	CDI + 2,0% ano	-	3.688	1.396
	10% ano*	19/5/2030	56.059	56.094
IESUL	CDI + 1,5% ano	11/3/2011	-	8.297
Eletrabras	-	15/11/2021	429	441
Arrendamento Mercantil	-	-	1.451	1.702
TOTAL CONSOLIDADO			1.746.229	1.428.238

*Com o bônus de adimplemento de 1,5% o custo da dívida é de 8,5% ao ano.

Distribuição dos Encargos da Dívida



4ª Emissão de Notas Promissórias

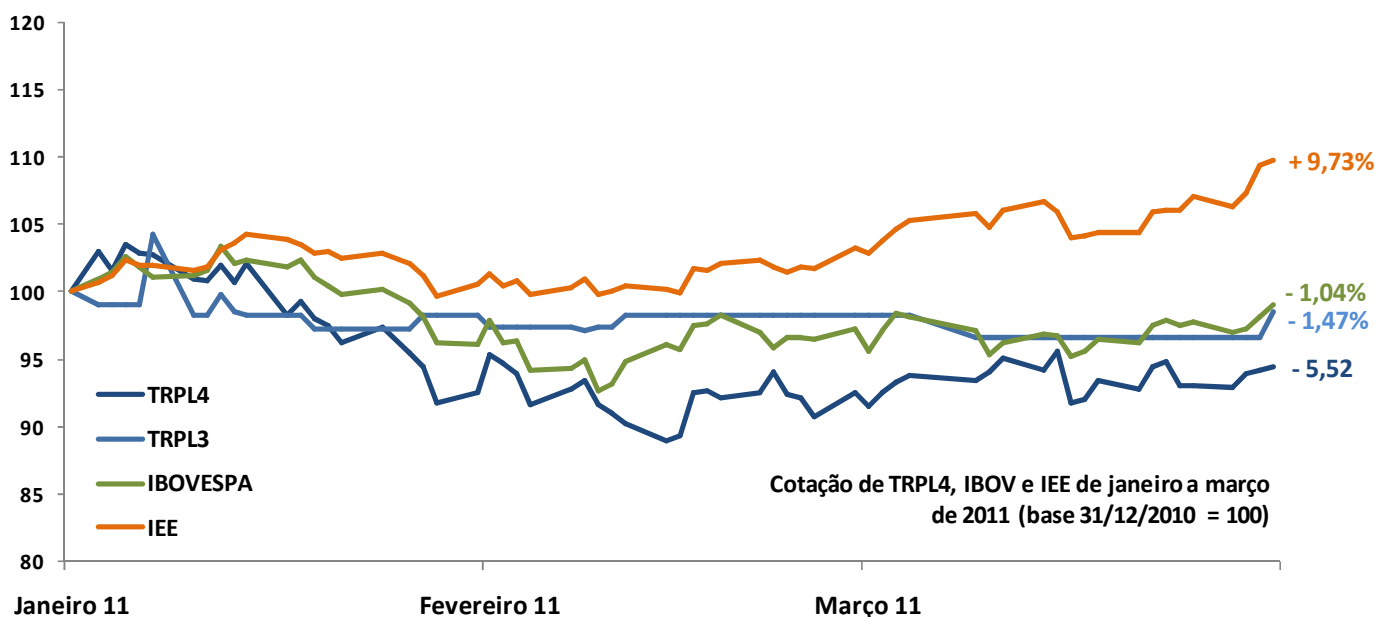
Em janeiro de 2011, a CTEEP emitiu Notas Promissórias no montante de R\$ 200,0 milhões, série única e vencimento de 360 dias e ao custo de CDI + 0,4% ano.

Os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados para aportes de capital nas controladas da Companhia, principalmente na Interligação Elétrica Madeira S.A., no mútuo financeiro da controlada Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. e na recomposição de caixa da CTEEP.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 1T11 cotadas a R\$ 60,20 e R\$ 52,06, respectivamente, o que representa uma variação de -1,47% e -5,52%, também respectivamente. No mesmo período, o Ibovespa apresentou desvalorização de 1,04% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou-se 9,73%.

Ao longo do ano, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,1 milhões, com uma média diária de 732 negócios.

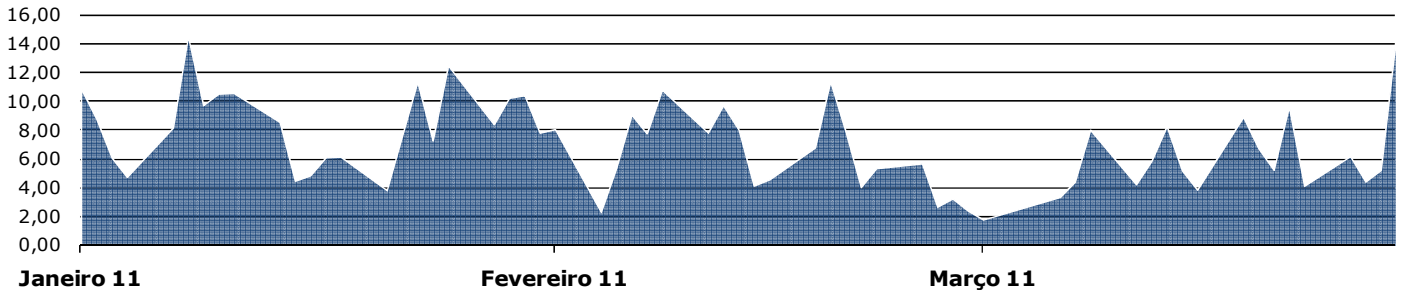


Ao final do exercício social de 2010, o capital social da CTEEP era representado por 151.828.980 ações, das quais 63.860.513 ações ordinárias e 87.968.467 ações preferenciais. A quantidade de negócios no 1T11, com as ações preferenciais da Companhia, atingiu 44,7 mil negócios, e o volume financeiro negociado no trimestre foi de R\$ 432,9 milhões.

Volume Financeiro Negociado no 1T11 (R\$ milhões)

Volume Total R\$ 432,9 milhões

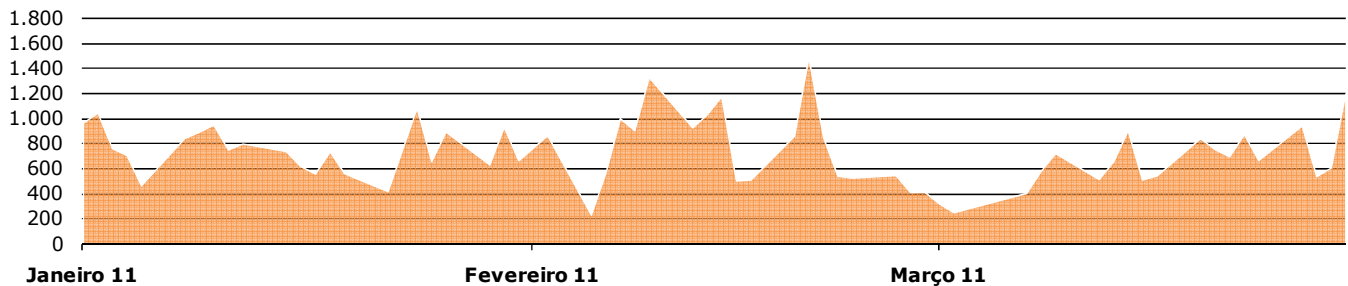
Volume Médio / Dia R\$ 7,1 milhões



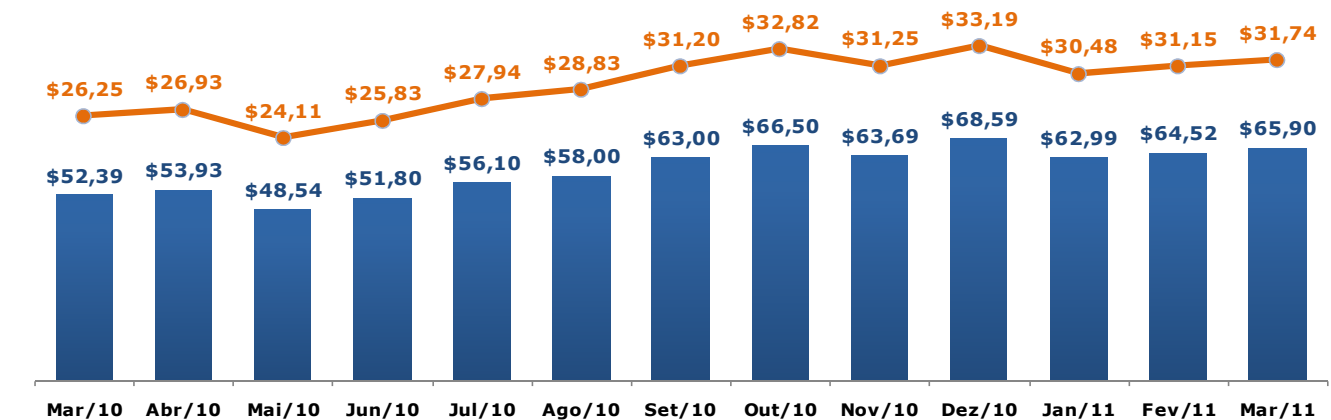
Quantidade de Negócios no 1T11 (unidades)

Quantidade Total de Negócios: 44.662

Média de Negócios / Dia: 732



A CTEEP também participa do programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do 1T11, a base acionária da Companhia era composta por 23.699 ADRs referentes às ações ordinárias e 2.076.318 ADRs referentes às ações preferenciais.



■ Volume Financeiro dos ADRs (US\$ milhões)

—●— Preço de Fechamento dos ADRs (US\$)

Remuneração aos Acionistas

No 1T11, a CTEEP efetuou o pagamento de R\$ 63,0 milhões referentes a Juros sobre o Capital Próprio, correspondentes a R\$ 0,42 por ação e R\$ 112,1 milhões referentes a Dividendos, equivalentes a R\$ 0,74 por ação.

DELIBERAÇÃO		PROVENTO	REFERÊNCIA	VALORES EM R\$		DATA PGTO
EVENTO	DATA	TIPO	EXERCÍCIO	TOTAL	P/AÇÃO	
RCA	31/3/2011	JCP	2011	63.027.094,35	0,415119	28/01/2011
RCA	31/3/2011	Dividendos	2010	112.072.905,60	0,738152	28/01/2011
TOTAL PAGO NO - 1T11				175.099.999,95	1,153271	

Eventos Subsequentes

- **Aumento do capital social oriundo do benefício fiscal.**

Em 25 de abril de 2011 o Conselho de Administração da CTEEP aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante de até R\$ 76.672.891,73 (setenta e seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta e três centavos), mediante a emissão privada de novas ações.

O preço de emissão será de R\$ 51,66 para cada ação ordinária e de R\$ 50,24 para cada ação preferencial. Serão emitidas até 1.508.487 novas ações, sendo 624.259 ações ordinárias e 884.228 ações preferenciais, na proporção do capital social atual.

Anexos

▪ Anexo I – Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ mil)	1T11	1T10
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.548	628
Aplicações Financeiras	161.450	54.355
Contas a Receber	1.377.001	1.424.390
Estoques	44.247	44.791
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	23.840	22.938
Tributos e contribuições a recuperar	10.515	11.230
Despesas pagas antecipadamente	13.953	2.611
Outros	39.307	35.802
	1.671.861	1.596.745
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Contas a Receber	5.397.918	5.054.349
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda		-
Benefício Fiscal - ágio incorporado		-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.476	28.050
Cauções e Depósitos Vinculados		-
Créditos com controladas		-
Estoques	168.401	184.264
Outros	8.453	48.872
	5.604.248	5.315.535
Imobilizado	9.243	9.194
Intangível	9.318	9.944
	18.561	19.138
Total do Ativo	7.294.670	6.931.418

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1T11	1T10
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	542.475	332.413
Debêntures	16.803	2.154
Fornecedores	78.808	93.964
Tributos e Encargos sociais a recolher	86.765	88.745
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	10.517	10.353
Encargos Regulatórios a recolher	50.903	49.559
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	276.357	193.822
Provisões	15.685	22.662
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.181	6.503
Outros	12.856	13.874
	1.097.350	814.049
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	630.396	540.032
Debêntures	556.555	553.639
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	147.262	144.964
PIS e COFINS diferidos	139.517	117.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.035	9.352
Encargos Regulatórios a recolher	2.174	2.174
Provisões	160.017	161.688
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053
	1.674.009	1.553.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	1.119.911	1.119.911
Reservas de Capital	2.231.779	2.231.779
Reservas de Lucros	1.030.256	1.212.145
Lucros/Prejuízos Acumulados	141.365	-
	4.523.311	4.563.835
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.294.670	6.931.418

▪ Anexo II – Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)

	1T11	1T10	Var % 1T11x1T10
Receita Operacional Líquida	607.039	447.402	35,7%
Custos dos serviços de operação	(255.737)	(144.744)	
Resultado Bruto	351.302	302.658	
(Despesas) receitas operacionais	(42.006)	(37.763)	11,2%
Honorários da administração	(1.586)	(2.462)	
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(34.068)	(28.817)	
Outras Despesas Operacionais	(7.253)	(7.208)	
Outras Receitas Operacionais	901	724	
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	309.296	264.895	
Resultado Financeiro	(102.965)	(83.970)	22,6%
Receitas Financeiras	7.586	14.291	-46,9%
Despesas Financeiras	(110.551)	(98.261)	
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	206.331	180.925	14,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(66.180)	(35.874)	84,5%
Corrente	(63.593)	(52.639)	
Diferido	(2.587)	16.765	
Resultado Líquido das Operações Continuadas	140.151	145.051	-3,4%
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	65.693	61.920	6,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	205.844	206.971	-0,5%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	77.397	77.821	
Atribuído a Sócios Não Controladores	128.447	129.150	
Lucro por Ação - (Reais / Ação)	1,3558	1,3738	-1,3%

▪ Anexo III – Fluxo de Caixa (R\$ mil)

	1T11	1T10
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.710	228.826
Caixa Gerado nas Operações	269.979	233.439
Lucro Líquido	205.844	206.971
Depreciação e Amortização	1.513	1.458
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.587	(16.765)
Provisão para contingências	(1.669)	(1.834)
Valor residual de ativo permanente baixado e doações	4	40
Perda na Variação Part. Controlada	-	160
PIS e COFINS Diferidos	15.756	6.108
Amortização de ágio	7.208	7.208
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	38.736	30.093
Variações nos Ativos e Passivos	(242.269)	(4.613)
Clientes	(191.864)	(15.198)
Estoques	16.383	(11.217)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(25.620)	(16.548)
Tributos e contribuições compensáveis	933	68.497
Cauções e depósitos vinculados	(1.594)	4.552
Despesas pagas antecipadamente	(11.341)	(8.862)
Outros	22.081	(6.474)
Fornecedores	(15.847)	(1.242)
Tributos e encargos sociais a recolher	(2.029)	(1.198)
Encargos regulatórios a recolher	1.171	2.012
Provisões	(6.992)	(15.421)
Valores a pagar - Fundação Cesp	(322)	(661)
Outros	(27.228)	(2.853)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	(917)	(855)
Investimentos	(13.109)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.026)	(855)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adições de empréstimos	312.871	723.342
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(54.703)	(248.006)
Dividendos pagos	(163.837)	(160.516)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	94.331	314.820
Varição de Caixa e Equivalentes		
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	108.015	542.791
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.983	43.234
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	162.998	586.025